



Ajuste a Valor Presente: Análise da Influência do CPC 12 nos Índices Econômico-Financeiros no Setor de Construção e Transporte do Novo Mercado

Ana Paula Belli

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

anapaula0706@hotmail.com

Jean Roberto Andruchechen

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

jra_234@hotmail.com

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

e.fernando@cse.ufsc.br

Luiz Alberton

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

luiz.alberton@ufsc.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo de identificar a influência do AVP nos índices econômico-financeiros, resultantes da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (AVP), nas empresas do setor de construção e transporte e classificadas como Nível de Governança do Novo Mercado. Trata-se de uma pesquisa descritiva com procedimento de caráter documental, em que a abordagem do problema ocorreu de forma quantitativa e qualitativa, que analisou os índices econômico-financeiros das demonstrações contábeis do ano de 2012 publicadas considerando o AVP e também desconsiderando-o. Como resultados, foram pesquisadas 30 empresas, sendo que 19 empresas praticaram o AVP e deram condições de elaborar a análise. Nesta análise foi observado que os índices apresentaram influências negativas no índice de liquidez geral, ROI e ROE e imobilização do patrimônio líquido, enquanto que o grau de alavancagem obteve um aumento discreto. No entanto, considerando as informações analisadas, conclui-se que as empresas analisadas possuem uma alta subjetividade no quesito de reconhecimento e evidenciação da prática do AVP em seus demonstrativos contábeis, podendo comprometer a comparabilidade entre as empresas do mesmo setor.

Palavras-chave: CPC 12, Ajuste a Valor Presente, Índices Econômico-Financeiros.



INTRODUÇÃO

A adoção das normas internacionais de contabilidade é resultado da necessidade de uma contabilidade com um padrão universal, a qual originou-se pela globalização e a abertura de mercado de capitais com tendências a investimentos estrangeiros (PRADO, 2013). Essa necessidade fez com que órgãos internacionais a desenvolvessem e divulgassem normas e procedimentos que atendam a esta demanda, levando a criação de órgãos como IASB (*International Accounting Standards Board*), FASB (*Financial Accounting Standards Board*), IFRS (*International Financial Reporting Standards*), entre outros.

Até a criação do IFRS na União Europeia, cada país adotava uma maneira particular de publicar os demonstrativos contábeis. Atualmente, o IFRS conta com mais de 100 países que adotam esta premissa e muitos outros estão em processo de adequação destas normas (PRADO, 2013). Por conseguinte, no Brasil, a internacionalização da contabilidade teve seu ápice alcançado com a promulgação da Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Isso marcou o início da convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, ficando sob a responsabilidade do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) a tradução e adaptação das normas emitidas pelo IASB. Desde 2007 as grandes empresas e as sociedades por ações já estavam trabalhando com a adequação de seus demonstrativos contábeis à luz das normas internacionais. Mas foi somente em 2010 que houve a obrigação de publicação das demonstrações contábeis de acordo com a nova normatização.

Dentre as normas internacionais de contabilidade, a Lei 11.638/07 exige que os ativos e passivos de longo prazo e, se relevante, de curto prazo das demonstrações contábeis sejam ajustados a valor presente. Esta norma foi formalizada com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (AVP), o qual tem o objetivo de “especificar procedimentos para cálculo desses ajustes a valor presente no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes” (CPC, 2008, p. 325).

Para a análise das demonstrações contábeis, Martins Diniz e Miranda (2012) afirmam que é necessário conhecer a empresa, o negócio e a sua contabilidade. Mas, para tanto, ao analisar as demonstrações contábeis, os índices econômico-financeiros são necessários para extrair informações a fim de interpretar em termos quantitativos os efeitos das operações ocorridas na empresa (COSTA *et al.*, 2008).

Contudo, após serem realizados os cálculos e ajustados os ativos e passivos a valor presente, a análise dos índices econômico-financeiros pode ser prejudicada ou melhorada. Este fato afeta a informação para fins de comparabilidade dos demonstrativos contábeis entre as empresas, cabendo destacar que os usuários desses demonstrativos almejam por informações confiáveis e de qualidade (GERON 2008). Neste contexto, chega-se na seguinte questão: *Qual a influência nos índices econômico-financeiros das empresas do setor de construção e transporte do Novo Mercado ocasionados pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente das demonstrações contábeis?*

Assim, o objetivo deste trabalho é identificar a influência do AVP nos índices econômico-financeiros, resultantes da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (AVP), nas empresas do setor de construção e transporte e classificadas como Nível de Governança do Novo Mercado.



Desta forma, a importância deste estudo centra-se em contribuir com os aspectos do atendimento do CPC 12 e a sua influência nos índices econômico-financeiros que, empiricamente, ainda não há estudos que tratam desta temática no Brasil, disponibilizando, de forma sucinta, um levantamento sobre o referencial teórico e contribuindo com os usuários das demonstrações contábeis, servindo de fonte de informação ao apresentar a influência que pode ocorrer. Assim, o presente artigo buscou preencher essa lacuna, analisando a influência do AVP nestes índices nas empresas de construção civil e transporte do Novo Mercado.

Nesse sentido, o presente artigo está dividido em cinco seções que permitem melhor entendimento sobre a realização do trabalho. Além desta introdução, a estrutura do estudo segue com a fundamentação teórica e a metodologia utilizada. Na sequência, são apresentadas as análises da pesquisa, bem como as discussões e conclusão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção é desenvolvida uma breve revisão bibliográfica baseada em artigos e livros relacionados com a nova legislação contábil brasileira, o AVP em consonância com o CPC 12 e as críticas e apoio de diversos autores sobre o AVP.

Nova legislação contábil brasileira

A possibilidade de comparação entre os relatórios contábeis emitidos nos diversos países do mundo beneficia os usuários da informação contábil para interpretá-los de maneira coerente, sendo que o processo de convergência contábil tem como objetivo integrar as práticas contábeis entre os países de acordo com a necessidade da informação contábil (OLIVEIRA, 2010).

Para Niyama (2005), esse processo de convergência das normas contábeis é necessário devido ao desenvolvimento tecnológico crescente e do comércio internacional, estabelecendo uma maior interdependência entre os países, evidenciando assim a globalização. A convergência dos padrões contábeis internacionais facilita a comunicação e contribui para suprimir as diferenças dos demonstrativos contábeis internacionais (NIYAMA, 2005).

No Brasil, após vários anos de discussão, a Lei 11.638/07 determinou a harmonização contábil brasileira com o IFRS, convergindo o Brasil ao processo de internacionalização e harmonização da contabilidade (SANTOS; CALIXTO, 2010). Bressan e Stedile (2012) afirmam que o principal benefício com a publicação da Lei 11.638/07 é o melhoramento da transparência, qualidade e comparabilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis entre as empresas de países diferentes.

A adoção do padrão IFRS de contabilidade no Brasil aconteceu de forma gradual. Com a aprovação da Lei 11.638/07 em 28/12/2007, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2008) optou em adotar algumas normas a partir do ano de 2008 e a convergência completa do padrão contábil com o IFRS para o ano de 2010. Para tanto, a criação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) foi um importante passo dado nesta convergência contábil, tendo como objetivo:

(...) o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (CPC, 2008)



Dentre as modificações estabelecidas pela Lei 11.638/07, os artigos 183 e 184, em seus incisos VIII e III respectivamente, determinam que os ativos e passivos financeiros de longo prazo e de curto prazo, se relevantes, deverão ser ajustados ao valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares ou o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos.

Ajuste a valor presente e CPC 12

Iudícibus (2010) e Hendriksen e Van Breda (2007) afirmam que houve e ainda há muitos debates a respeito dos vários métodos de avaliação e qual é a melhor maneira de medir ativos e passivos nos demonstrativos contábeis. Para Silva Filho, Machado e Machado (2013), as demonstrações contábeis devem mensurar suas informações com uma medida que aproxime ao máximo possível da informação contábil à realidade econômica do que se pretende informar para a correta mensuração de informações contábeis.

A obrigação de mensurar os ativos e passivos financeiros a valor presente, mencionada na Lei 11.638/07, é defendida por Bressan e Stedile (2012), pois demonstra o real valor da operação na data de emissão das demonstrações contábeis e não em datas futuras de realização. Neste contexto, Moribe, Panosso e Marroni (2007) afirmam que é possível a entidade apresentar o resultado mais próximo da realidade em cada período demonstrado e também apresentar em seus demonstrativos contábeis o valor livre de qualquer ônus financeiro.

A fim de normatizar o AVP nas demonstrações contábeis das entidades brasileiras e com o intuito de auxiliá-las às novas exigências contábeis, em 05 de dezembro de 2008 o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 12 (ALMEIDA; SILVA; RIBEIRO, 2010), aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08 e o Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a NBC T 19.17. Este CPC conceitua o valor presente ao associar tal procedimento à mensuração de ativos e passivos, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associado. O ajuste deve ser realizado com base em taxas de desconto que considerem as melhores avaliações do mercado quanto aos riscos específicos e ao valor do dinheiro no tempo dos ativos e dos passivos da entidade em suas datas iniciais (CPC, 2008).

Com o principal objetivo de estabelecer as condições a serem observadas quando houver o AVP das contas patrimoniais do Ativo e do Passivo, o CPC 12 elimina as questões incertas advindas de tal procedimento, tratando as taxas de desconto apropriadas a serem utilizadas e os cuidados necessários para evitar viés na aplicação e entendimento do AVP (CPC, 2008). Para Ponte *et al.* (2012, p. 56), “o CPC 12 define um conjunto de práticas de divulgação dos procedimentos realizados quando do AVP, a ser observado pelas companhias”. Para estes mesmos autores, o CPC 12 deixa clara a preocupação em conservar características qualitativas, como a relevância e a confiabilidade nas informações contábeis.

Em seu estudo sobre a análise do AVP, Utzig *et al.* (2013) afirmam que as determinações abordadas no CPC 12 têm como objetivo prosperar a transparência e a qualidade das demonstrações contábeis, a fim de assegurar aos usuários a compreensão das mesmas. Portanto, este pronunciamento determina que a mensuração e a evidência contábil do AVP devem ser aplicadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos que podem sofrer este ajuste quando for relevante. Apenas em situações atípicas, como a renegociação de uma dívida, o AVP deve ser



aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos (ALMEIDA; SILVA; RIBEIRO, 2010).

Evidenciação e Reconhecimento

Existem diversos aspectos positivos para manter o padrão IFRS, como a maior qualidade das informações, transparência e comparabilidade das demonstrações contábeis (CALIXTO, 2010). Para tanto, Andrade, Fontana e Macagnan (2013) afirmam que a evidenciação contábil tem como objetivo garantir as informações necessárias e claras para o usuário analisar a situação econômico-financeira da empresa e tomar decisões.

No que tange a evidenciação, para evitar o viés nas estimativas e julgamentos na utilização do AVP, a utilização de eventos probabilísticos deve ser levada em consideração, ao ponto de que os cálculos e modelos sejam passíveis de verificação dos usuários. Contudo, o termo confiabilidade é imprescindível para que o processo na origem seja conduzido com total neutralidade (CPC, 2008).

Para Ponte *et al.* (2012), o CPC 12 estabelece que a quantificação do AVP deve ser reconhecida em uma base exponencial *pro rata die*, a partir da data original da transação feita e seus efeitos são apropriados nas contas a que se referem. As contrapartidas destes ajustes de ativos e passivos são refletidas nas contas de receitas e despesas financeiras, respectivamente. Caso a entidade justifique que realiza atividades de financiamento, ela poderá reconhecer como receitas e despesas operacionais (CPC, 2008).

Ainda para Ponte *et al.* (2012), as evidenciações da entidade referente ao valor presente devem possibilitar o entendimento claro e inequívoco aos usuários em se tratando aos efeitos nos relatórios contábeis. Para isso, o CPC 12 orienta as seguintes informações a serem divulgadas em notas explicativas:

- (a) descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado;
- (b) premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (*risk-free*, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas);
- (c) modelos utilizados para cálculo de riscos e *inputs* dos modelos;
- (d) breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração;
- (e) propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou
- (f) nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento;
- (g) outras informações consideradas relevantes (CPC, 2008, p. 10)

Conforme já mencionado, a mensuração contábil do AVP deve ser aplicada no reconhecimento inicial dos ativos e passivos ou na renegociação dos mesmos. Entretanto, Ponte *et al.* (2012) salientam que o CPC 12 não enumera quais os ativos e passivos devem ser ajustados, estabelecendo apenas diretrizes gerais. Contudo, existem autores que apoiam ou criticam o uso do AVP.



Críticas e apoio ao AVP

O AVP está inserido no padrão internacional de contabilidade, onde o Brasil tem de se adequar também a esta norma. Santos e Calixto (2010, p.3) mencionam que “o interesse pelos impactos do IFRS reflete a expectativa de que sua adoção no Brasil, tal como ocorre em outros países, trará para as empresas benefícios de liquidez, menor custo de capital e maior valorização e atratividade no mercado”.

Hendriksen e Van Breda (2007, p. 312) criticam o uso do AVP quando este é aplicado a ativos separados da empresa, pelos seguintes motivos: a) probabilidades subjetivas não verificáveis; b) o risco é avaliado pela administração e pode ser difícil de transmitir o significado para os leitores; c) dois ou mais fatores de produção contribuem para o serviço gerado pela empresa e os fluxos de caixa subsequentes: é quase impossível de fazer a alocação lógica; d) não é possível agregar valores descontados dos fluxos de caixa individuais de todos os ativos distintos.

Referente às práticas de divulgação do AVP no Brasil, Ponte *et al.* (2012) afirmam que os órgãos reguladores ainda precisam se esforçar para que os procedimentos do AVP possam ser interpretados corretamente pelos usuários das informações contábeis, pois estes dados podem alterar os resultados das empresas significativamente.

Entretanto, o estudo de Bressan e Stedile (2012) aponta os resultados que os benefícios do AVP gerados para a administração da empresa fornecem, destacando a geração de benefícios econômicos no resultado da companhia. Moribe, Panosso e Marroni (2007) consideram que os impactos provocados dos valores dos encargos financeiros (juros pré-fixados) nas demonstrações contábeis não refletem a realidade do momento em que foram registrados, assim o AVP torna os valores compatíveis com o momento das demonstrações contábeis apresentadas.

Ainda apoiando o AVP, Braga e Almeida (2008) salientam que o fato das entidades darem às transações a prazo o mesmo tratamento contábil das operações à vista, ignorando o custo do dinheiro ao longo do tempo, deixando de reconhecer despesas e receitas financeiras incluídas nas transações, resultam em uma apuração de resultados distorcidos pela falta do AVP.

A opinião de Iudícibus *et al.* (2010, p. 106) é defendida como que “tal procedimento contribui para a elaboração de demonstrações contábeis com maior valor preditivo e, se tais informações são registradas de modo oportuno, também contribuirão para o aumento do grau de relevância das demonstrações contábeis.” O que pode ser afirmado por Machado e Varela (2011, p. 4) quando afirmam que “prevalece a essência sobre a forma”.

De acordo com o CPC 12 (2008, p.2), “a utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos”. Neste sentido, o AVP permite evidenciar qual o efeito no resultado dos juros implícitos nas operações a prazo. Esta prática de operações a prazo é bastante comum no mercado brasileiro, que tem há décadas uma das maiores taxas de juros do mundo (SANTOS, 2011).

Sendo assim, o AVP pode ser aplicado em ativos e passivos das empresas, fazendo com que haja alteração nos valores de seus demonstrativos contábeis, dentre eles o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultado do exercício, o que pode influenciar no cálculo dos índices econômico-financeiros das empresas que se utilizam desta metodologia. Neste contexto, a



próxima seção descreve a metodologia aplicada para descobrir a influência do AVP nestes índices.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a intenção de sistematizar esta pesquisa, os procedimentos metodológicos são apresentados nessa seção, organizados sobre os seguintes aspectos: quanto ao objetivo; quanto aos procedimentos, e; quanto à abordagem do problema (RAUPP; BEUREN, 2006). Além disso, são relatados os processos para a coleta e análise dos dados.

Classificação da pesquisa

Esta pesquisa possui caráter descritivo, que compreende o objetivo de verificar, descrever e analisar a influência do AVP nos índices econômico-financeiros das demonstrações contábeis, em decorrência do atendimento ao CPC 12, (CERVO; BERVIAN, 1996; GIL, 2002; RICHARDSON, 2012). Da mesma forma que, na visão de Raupp e Beuren (2006), este tipo de pesquisa tem o significado de identificar, relatar e comparar aspectos ou comportamentos de determinada população, sem a interferência do pesquisador.

Com relação aos procedimentos, é enquadrada como uma pesquisa documental por analisar dados secundários, que envolvem as demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas em seus sites na internet ou nas páginas eletrônicas de organismos reguladores. Gil (2002) ilustra que, dentre uma série de vantagens da pesquisa documental, sua riqueza e estabilidade de dados, bem como o baixo custo da pesquisa quando comparado com outros tipos de pesquisa.

A abordagem do problema ocorre em um *design* misto. Apresenta-se predominantemente qualitativa ao verificar características não observadas nos resultados quantitativos, combinado com um tratamento quantitativo, utilizado para analisar a relação entre variáveis que, neste caso, referem-se aos valores econômicos e financeiros visualizados sobre dois aspectos: demonstrações contábeis considerando o AVP e sem o AVP (RAUPP; BEUREN, 2006). Esse método de abordagem do problema é destacado por Gray (2012), levando-se em consideração que a utilização de um desenho misto de pesquisa gera benefícios ao balancear os pontos fracos de uma medida, qualitativa ou quantitativa, com os pontos fortes da outra.

Objeto do estudo e definição da amostra

O objeto do estudo desta pesquisa compreende as 30 empresas do setor de Construção e Transportes que estavam listadas na BM&FBOVESPA no nível de governança corporativa do Novo Mercado, no período de realização desta pesquisa (01/09/2103 a 15/11/2013). Esta opção leva em consideração que o nível de governança de Novo Mercado tende a apresentar maior qualidade nas informações contábeis para os seus usuários.

A opção pelas empresas de Construção e Transporte dá-se por se tratar de um setor atuante no desenvolvimento econômico do país e por possuir capital elevado, com valores expressivos em seus ativos e passivos, da mesma forma que são empresas que apresentam o ciclo operacional normalmente maior que um exercício social (UTZIG; *et al.*, 2013). Além disso, é o setor com maior número de empresas listadas neste nível de governança corporativa na BM&FBOVESPA.



Coleta dos dados

Para a coleta de dados, foram analisadas as demonstrações contábeis do ano de 2012 destas empresas, em especial os seus balanços e notas explicativas que foram extraídos do site da BM&FBOVESPA. Em seguida, as demonstrações foram duplicadas formando duas bases de banco de dados distintas.

Na primeira base de dados, foram calculados os índices econômico-financeiros das informações contábeis conforme publicados. Na segunda base, após a leitura das notas explicativas, os balanços e demonstrativos dos resultados foram modificados para que não sofressem a influência do AVP nos seus valores. Neste caso, como o AVP influencia no resultado do exercício, a contrapartida da variação do lucro líquido foi lançada diretamente na conta do patrimônio líquido da empresa. Desta forma, igualmente ao que ocorreu na primeira base de dados, foram calculados os índices econômico-financeiros das informações contábeis sem a influência do AVP.

Com os balanços patrimoniais nos dois formatos (com o AVP e sem o AVP), foram realizadas análises de comparabilidade entre os seus índices e verificadas quais são as influências que o Pronunciamento Técnico CPC 12 traz para a análise das informações contábeis com a utilização dos índices que são apresentados na sequência.

Análise dos dados

De forma a analisar a influência do AVP nos índices econômico-financeiros decorrente das alterações oferecidas pelo CPC 12, são apresentados os seguintes índices que foram calculados pela forma de como os dados foram apresentados originalmente, bem como na forma dos dados ajustados. Os índices utilizados neste estudo são conceituados por Cruz, Andrich e Mugnaini (2012) a seguir.

Dentre os indicadores econômico-financeiros, os índices de liquidez “têm o objetivo de avaliar e demonstrar a capacidade de pagamento da empresa, seja no curto, médio ou longo prazo” (CRUZ; ANDRICH; MUGNAINI, 2012, p. 86). Devido à falta de informação da separação do AVP para o curto e longo prazo das empresas que puderam ser analisadas, somente foi possível analisar o seguinte índice:

Liquidez geral: é o resultado da divisão entre a soma do ativo circulante e o realizável a longo prazo e a soma do passivo circulante e o exigível a longo prazo. Este índice possibilita a análise da capacidade da empresa em liquidar as suas obrigações em curto, médio e longo prazo.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Já os indicadores de rentabilidade “têm o objetivo de identificar o retorno obtido pela empresa sobre o capital investido, seja ele próprio ou de terceiros” (CRUZ; ANDRICH; MUGNAINI, 2012, p. 149). Neste estudo foram abordados os seguintes indicadores:

ROI (Return On Investment - Retorno sobre o Investimento): é o resultado da divisão entre o lucro líquido e o ativo total da empresa. Com este índice é possível demonstrar o desempenho do capital investido, podendo ele ser próprio ou de terceiros.



$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

ROE (Return On Equity - Retorno sobre o Patrimônio Líquido): é o resultado da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da empresa. Assim é possível demonstrar o retorno do acionista sobre capital investido.

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Grau de Alavancagem Financeira: é o resultado da divisão entre o ROE e o ROI. Barbosa, Sales e Paulo (2011) enfatizam que este índice demonstra a proporção de capital de terceiros utilizada pela empresa analisada.

$$\text{Grau de Alavancagem Financeira} = \frac{\text{ROE}}{\text{ROI}}$$

Os índices de endividamento “têm o objetivo de mostrar a proporção da utilização de capitais de terceiros em uma entidade” (CRUZ; ANDRICH; MUGNAINI, 2012, p. 101). Para tanto, foram abordados os seguintes índices:

Grau de Endividamento: é o resultado da divisão entre o exigível total e o patrimônio líquido. Este índice mostra o quanto a empresa está dependente de capital de terceiros.

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Composição de Endividamento: é o resultado da divisão entre o passivo circulante e o exigível total. Com o percentual obtido neste índice, é possível verificar a composição do endividamento que a empresa mantém em curto e longo prazo.

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Imobilização do Patrimônio Líquido: é o resultado da divisão entre o ativo permanente e o patrimônio líquido. Martins, Diniz e Miranda (2012) ressaltam que este índice permite analisar a quantidade de ativo permanente que foi aplicado com o valor do patrimônio líquido da empresa.

$$\text{Imobilização do patrimônio líquido} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Deste modo, com a utilização destes índices, pode ser verificada a influência do AVP na análise das demonstrações contábeis das empresas que são objeto deste estudo e, para auxiliar no processo de entendimento da variação entre os índices, também é utilizado o coeficiente de correlação de Pearson utilizando-se das variáveis Ativo Total e Lucro Líquido das empresas, conforme é apresentado na seção seguinte.



APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa e as respectivas discussões de análises. Inicialmente, são apresentadas e percorridas as situações das empresas que não participaram do quadro de análises, ou por considerarem que realizar o AVP é desnecessário nas suas demonstrações contábeis ou por não darem condições necessárias de entendimento para análise nesta pesquisa.

Nas notas explicativas da empresa LLX Logística S.A é noticiado o AVP nos ativos e passivos de longo prazo, bem como esclarece que não registrou o AVP nos ativos e passivos monetários circulantes por considerar que nesse caso o procedimento é irrelevante. Entretanto, não apresenta as contas ajustadas, as taxas de juros utilizadas ou modelos que foram utilizados para o cálculo do AVP, não possibilitando qualquer tipo de análise neste sentido. Nas empresas ALL – América Latina Logística S.A, CCR S.A e ECORODOVIAS, as informações repassadas sobre o AVP não apresentam evidências claras sobre qual Pronunciamento Técnico esses ajustes referem-se, bem como não trazem evidências sobre o Pronunciamento Técnico CPC-12, conforme o tema deste trabalho.

As empresas JSL S.A e MILLS Estruturas e Serviços de Engenharia S.A descrevem em suas notas explicativas a utilização do AVP no grupo de contas a receber, entretanto para esse grupo de contas não são encontradas informações suficientes para o seu entendimento, impossibilitando a análise de sua influência. Enquanto que a empresa LOG-IN Logística Intermodal S.A não faz referência ao AVP em suas notas explicativas. Logo, as empresas TPI – TRIUNFO Participações e Investimentos S.A e TEGMA Gestão Logística S.A também relatam a utilização do AVP em contas de ativo e passivo, mas não de forma compreensível e em quais as contas contábeis isso ocorre.

Na empresa VIVER Incorporadora e Construtora S.A o valor informado de AVP para a conta contas a receber foi anulado dentro da própria metodologia de cálculo do saldo da conta, deixando dúvidas quanto à forma de apropriação desse valor ajustado. Por fim, a empresa RODOBENS Negócios Imobiliários S.A traz as descrições sobre o AVP em suas notas explicativas, bem como esclarece outros itens necessários para o seu entendimento, entretanto, não apresenta quais são os valores e os períodos utilizados nos cálculos, de forma clara e objetiva para atender as necessidades desta pesquisa.

Na sequência, após a realização dos cálculos dos índices econômico-financeiros das empresas que forneceram informações suficientes para análise, são apresentados os dados referentes à liquidez de cada uma das empresas, conforme é observado na Tabela 1. Assim, a coluna (i) refere-se aos índices de liquidez geral calculados conforme os Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício publicados pelas empresas. Na coluna (ii) apresentam-se os índices que foram calculados após o ajuste dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício que consideram os valores das contas contábeis sem o AVP.

Tabela 1 – INDICADORES DE LIQUIDEZ GERAL

EMPRESA	LIQUIDEZ GERAL			
	(i)	(ii)	Δ	$\Delta\%$
ARTERIS	0,2489	0,2446	0,0043	1,74%
BROOKFIELD	1,3028	1,3230	-0,0202	-1,53%
BR BROKERS	2,8876	2,8951	-0,0075	-0,26%
CR2	2,5852	2,5878	-0,0026	-0,10%
CYRELA	1,6073	1,6155	-0,0082	-0,51%
DIRECIONAL	1,8475	1,8643	-0,0168	-0,90%
ETERNIT	1,5687	1,5710	-0,0023	-0,14%
EVEN	1,9019	1,9271	-0,0252	-1,31%
EZ TEC	4,5717	4,6405	-0,0688	-1,48%
GAFISA	1,3787	1,3928	-0,0141	-1,01%
HELBOR	1,4715	1,4883	-0,0168	-1,13%
JHFS	1,0292	1,0357	-0,0065	-0,63%
LPS	0,7239	0,7260	-0,0021	-0,29%
MRV	1,5049	1,5072	-0,0022	-0,15%
PDG	1,3706	1,3829	-0,0123	-0,89%
PORTOBELLO	0,8672	0,8645	0,0027	0,31%
ROSSI	1,3666	1,3690	-0,0025	-0,18%
TECNISA	1,4816	1,4951	-0,0136	-0,91%
TRISUL	1,4846	1,4937	-0,0090	-0,61%

Fonte: Dados da pesquisa

É possível verificar que a maioria das empresas apresenta variação negativa, ou seja, ocorre uma diminuição dos índices com a adoção da nova norma ao serem comparados com os índices onde não existe a influência do AVP. Destas empresas com variação negativa dos índices, apenas a MRV, Eternit, PDG e Rossi, apresentaram informações sobre AVP também em contas do passivo. Da mesma forma que nas duas empresas em que se observa variação positiva no índice (Arteris e Potobello), são empresas que realizaram o AVP também nas contas do passivo.

Das empresas que evidenciam o AVP tanto no ativo quanto no passivo e que apresentaram aumento no índice de liquidez geral, deve-se ao fato que de o AVP nas contas do passivo da Arteris e Portobello é maior do que nas contas do ativo, ao contrário da MRV, Eternit, PDG e Rossi, que apresentam variação maior no ativo por conta do AVP.

Também, após um teste de correlação de Pearson, para verificar se o tamanho do ativo total ou do lucro líquido das empresas tem relação quanto à variação dos índices, que resultou nos coeficientes de -0,00979 para o lucro líquido e 0,04454 para o ativo total, observa-se que tanto o tamanho do ativo quanto o lucro líquido da empresa não influenciam em tomadas de decisão quanto aos valores, taxas ou contas que receberam o AVP.

Passando para o outro grupo de índices que foram analisados, os quais se referem aos indicadores de rentabilidade, também, no mesmo formato da Tabela 1. É possível observar na Tabela 2, no indicador de Retorno sobre o Investimento (ROI) que as variações são expressivas em percentuais, entretanto, em números absolutos, essas variações são pequenas. Da mesma forma que na Tabela 1, visualiza-se que a maioria das empresas apresenta diminuição nos indicadores, resultado de realizar o AVP apenas nas contas do ativo.

Tabela 2 – INDICADORES DE RENTABILIDADE

EMPRESA	ROI				ROE				ALAVANCAGEM			
	(i)	(ii)	Δ	$\Delta\%$	(i)	(ii)	Δ	$\Delta\%$	(i)	(ii)	Δ	$\Delta\%$
ARTERIS	0,067	0,048	0,019	40,2%	0,251	0,193	0,058	29,9%	3,764	4,062	-0,299	-7,4%
BROOKFIELD	-0,038	-0,023	-0,015	65,31%	-0,136	-0,079	-0,057	71,49%	3,602	3,472	0,130	3,74%
BR BROKERS	0,104	0,105	-0,001	-1,09%	0,125	0,127	-0,001	-1,06%	1,205	1,205	0,000	0,03%
CR2	-0,035	-0,034	-0,001	3,09%	-0,056	-0,054	-0,002	3,16%	1,620	1,619	0,001	0,06%
CYRELA	0,056	0,061	-0,005	-7,73%	0,144	0,155	-0,011	-7,01%	2,564	2,544	0,020	0,78%
DIRECIONAL	0,076	0,084	-0,008	-9,71%	0,162	0,178	-0,016	-8,80%	2,130	2,109	0,021	1,00%
ETERNIT	0,139	0,140	-0,001	-0,61%	0,236	0,237	-0,001	-0,56%	1,689	1,688	0,001	0,05%
EVEN	0,072	0,084	-0,012	-14,37%	0,150	0,173	-0,023	-13,16%	2,091	2,061	0,029	1,41%
EZ TEC	0,158	0,170	-0,012	-7,30%	0,202	0,217	-0,015	-6,92%	1,278	1,273	0,005	0,41%
GAFISA	-0,008	0,001	-0,010	-662,7%	-0,028	0,005	-0,033	-675,8%	3,369	3,292	0,077	2,33%
HELBOR	0,079	0,089	-0,010	-11,52%	0,241	0,266	-0,025	-9,49%	3,058	2,989	0,069	2,29%
JHSF	0,056	0,060	-0,004	-6,14%	0,142	0,150	-0,008	-5,58%	2,516	2,501	0,015	0,59%
LPS	0,109	0,110	-0,001	-0,79%	0,204	0,206	-0,001	-0,70%	1,871	1,869	0,002	0,08%
MRV	0,052	0,053	-0,002	-2,90%	0,141	0,144	-0,004	-2,67%	2,717	2,711	0,006	0,24%
PDG	-0,136	-0,126	-0,010	7,65%	-0,432	-0,394	-0,038	9,62%	3,188	3,130	0,057	1,83%
PORTOBELLO	0,094	0,091	0,003	3,62%	0,517	0,506	0,011	2,18%	5,469	5,547	-0,077	-1,39%
ROSSI	-0,025	-0,022	-0,003	12,04%	-0,090	-0,080	-0,010	12,54%	3,582	3,566	0,016	0,45%
TECNISA	-0,041	-0,032	-0,009	28,90%	-0,119	-0,091	-0,028	31,07%	2,908	2,860	0,048	1,69%
TRISUL	0,019	0,025	-0,006	-23,81%	0,057	0,073	-0,017	-22,89%	3,005	2,970	0,036	1,20%

Fonte: Dados da pesquisa

Igualmente, nos indicadores de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) as variações também são expressivas em percentuais. Essa semelhança é resultado das duas equações utilizarem o mesmo dividendo (lucro líquido) que sofreu modificações por causa da utilização do AVP nas contas de ativo e, em algumas empresas, no passivo. Assim, analisando o indicador de Alavancagem, que neste caso é a relação entre o ROI e o ROE, predominam aumentos nos indicadores de forma discreta, tanto em percentuais como em números absolutos.

Para este grupo de indicadores, o coeficiente de correlação de Pearson apresenta uma correlação mais forte do que no caso dos indicadores de liquidez geral. Utilizando-se do lucro líquido, observam-se coeficientes de 0,27968 para o ROI, 0,43964 para o ROE e -0,30970 para a Alavancagem. Enquanto que, observados estes índices com o ativo total, chega-se aos seguintes coeficientes de -0,21920 para o ROI, -0,35612 para o ROE e 0,16515 para a Alavancagem. Entretanto, não é o suficiente para confirmar relações entre esta variável com as tomadas de decisões para os cálculos do AVP.

Ao analisar os indicadores referentes à estrutura de capital, foram observadas as mesmas estruturas das colunas conforme mencionado anteriormente. Primeiramente, visualiza-se que nas colunas que representam a Composição de Endividamento, conforme apresentadas na Tabela 3, poucas empresas apresentaram variações. Ou seja, essa falta de variação é resultado da ausência de informações ou do próprio AVP nas contas do passivo destas empresas.

Tabela 3 – ESTRUTURA DE CAPITAL

EMPRESA	GRAU DE ENDIVIDAMENTO EM VALOR (R\$)				COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO				IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	(i)	(ii)	Δ	Δ%	(i)	(ii)	Δ	Δ%	(i)	(ii)	Δ	Δ%
ARTERIS	2,76	3,06	-0,30	-9,76%	23,54%	23,03%	0,52%	2,24%	0,0294	0,0316	-0,0023	-7,17%
BROOKFIELD	2,60	2,47	0,13	5,25%	43,43%	43,43%	0,00%	0,00%	0,0251	0,0238	0,0013	5,25%
BR BROKERS	0,21	0,21	0,00	0,15%	65,67%	65,67%	0,00%	0,00%	0,0723	0,0722	0,0001	0,15%
CR2	0,62	0,62	0,00	0,16%	78,96%	78,96%	0,00%	0,00%	0,0174	0,0173	0,0000	0,16%
CYRELA	1,56	1,54	0,02	1,29%	50,85%	50,85%	0,00%	0,00%	0,0322	0,0318	0,0004	1,29%
DIRECIONAL	1,13	1,11	0,02	1,90%	45,15%	45,15%	0,00%	0,00%	0,0409	0,0401	0,0008	1,90%
ETERNIT	0,69	0,69	0,00	0,13%	62,95%	62,96%	-0,02%	-0,02%	0,5265	0,5256	0,0009	0,17%
EVEN	1,09	1,06	0,03	2,74%	38,86%	38,86%	0,00%	0,00%	0,0126	0,0123	0,0003	2,74%
EZ TEC	0,28	0,27	0,01	1,91%	70,47%	70,47%	0,00%	0,00%	0,0035	0,0035	0,0001	1,91%
GAFISA	2,37	2,29	0,08	3,35%	45,14%	45,14%	0,00%	0,00%	0,0174	0,0168	0,0006	3,35%
HELBOR	2,06	1,99	0,07	3,45%	41,98%	41,98%	0,00%	0,00%	0,0271	0,0262	0,0009	3,45%
JHSF	1,52	1,50	0,01	0,99%	21,55%	21,55%	0,00%	0,00%	0,1590	0,1575	0,0016	0,99%
LPS	0,87	0,87	0,00	0,18%	32,02%	32,02%	0,00%	0,00%	0,0782	0,0781	0,0001	0,18%
MRV	1,72	1,71	0,01	0,38%	51,93%	51,97%	-0,04%	-0,07%	0,0234	0,0232	0,0001	0,45%
PDG	2,19	2,13	0,06	2,69%	40,51%	40,53%	-0,02%	-0,04%	0,0561	0,0546	0,0015	2,72%
PORTOBELLO	4,47	4,55	-0,08	-1,70%	51,98%	51,89%	0,09%	0,17%	1,4714	1,4921	-0,0207	-1,39%
ROSSI	2,58	2,57	0,02	0,62%	50,14%	50,29%	-0,15%	-0,30%	0,0289	0,0286	0,0003	0,92%
TECNISA	1,91	1,86	0,05	2,59%	51,47%	51,47%	0,00%	0,00%	0,0498	0,0486	0,0013	2,59%
TRISUL	2,01	1,97	0,04	1,81%	69,26%	69,26%	0,00%	0,00%	0,0243	0,0239	0,0004	1,81%

Fonte: Dados da pesquisa

Logo, o grau de endividamento aumentou na maioria das empresas, em especial nas empresas que não apresentam AVP nas contas de passivo, salienta-se que com a aplicação do AVP as contas do ativo diminuíram enquanto que as contas do passivo continuaram sem variação. Ao contrário das empresas que apresentaram informações sobre o AVP nas contas do passivo em que os índices diminuíram e/ou aumentaram de forma mais discreta do que na comentadas anteriormente, igualmente como ocorreu nos indicadores do patrimônio líquido, em que as variações aconteceram da mesma forma.

Por fim, é possível verificar a extensão da influência do AVP nos índices econômico-financeiros, mesmo que essa influência seja afetada, em especial pelas subjetividades que as novas normas contábeis permitem, bem como o quanto essas mesmas normas são seguidas pelas empresas. Ou seja, é possível verificar que muitos índices podem conter distorções por causa das opções realizadas por essas empresas.

CONCLUSÃO

Com a expansão do mercado local para nível internacional, a contabilidade teve a necessidade em padronizar os seus relatórios para que as informações pudessem ser comparáveis e compreensíveis em qualquer lugar do mundo. Para tanto, o IFRS foi adotado como premissa em mais de 100 países e muitos outros estão em processo de adequação. Dentro deste quadro, o Brasil já está com o processo de implementação do IFRS em andamento, o qual aconteceu obrigatoriamente para as empresas de capital aberto a partir de 2010, conforme a promulgação da Lei 11.638/07 e com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual visa traduzir e adaptar as normas emitidas pelo IASB.

Dentre as alterações trazidas pela Lei 11.638/07, o AVP tem objetivo de considerar o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados, demonstrando assim, a real situação



financeira da empresa em seus demonstrativos contábeis. Para tanto, o CPC 12 orienta a adoção desta norma em seus termos técnicos e práticos.

Para atingir o objetivo proposto, com os dados que foram levantados e ajustados conforme informações nas notas explicativas desconsiderando o AVP, foi possível fazer a análise dos índices das duas formas a analisar qual foi a influência em se fazer o AVP. No que tange a análise dos dados, observou-se que das 30 empresas listadas neste setor, 19 empresas puderam ser analisadas, sendo que 2 empresas não efetuaram o AVP e 11 empresas não forneceram condições em prosseguir com as análises, por falta de informações ou com informações imprecisas. Em relação à influência do CPC 12 nos índices econômico-financeiros, verificou-se que esta existe, porém não tem um padrão entre as empresas, considerando que a subjetividade para se determinar principalmente quais as contas que realizam o AVP é predominante.

Para o índice de liquidez geral (único índice de liquidez que pôde ser efetuado devido à falta de precisão de informações quanto aos ativos e passivos de curto e longo prazo), 17 empresas apresentam variações negativas e destas, 13 empresas não realizam o AVP nas contas listadas em seu passivo. Da mesma forma que os índices da estrutura de capital, em especial a composição de endividamento, 13 empresas não sofreram variação. Em relação aos índices de rentabilidade as 14 empresas tiveram um aumento discreto no grau de alavancagem, ao contrário do ROI e do ROE, que diminuíram. Já o índice de imobilização do patrimônio líquido diminuiu nas 2 empresas que evidenciam o AVP nos passivos enquanto que, nas demais empresas aumentaram.

Dentre os dados analisados, tanto nas demonstrações contábeis quanto em suas Notas Explicativas, notou-se uma imparcialidade quanto ao objetivo em se ter um padrão de contabilidade, onde os demonstrativos contábeis não podem ser comparáveis devido à subjetividade em que as escolhas contábeis são feitas pelos seus responsáveis. Foram observadas pouca transparência e clareza nos dados apresentados pelas empresas analisadas. É incompreensível a maneira em que as empresas com o setor, mercado e estrutura de capital similares tenham uma discrepância evidente em relação ao AVP, em que algumas empresas utilizam o AVP e outras mencionam que não realizam por não ser relevante.

Corroborando com o estudo de Ponte *et al.* (2012), as empresas ainda não estão preparadas para divulgar as suas práticas de AVP em seus demonstrativos contábeis, não atendendo as exigências do CPC 12, até mesmo as empresas do Novo Mercado, empresas objeto de estudo deste artigo que tendem a apresentar maior qualidade nas informações contábeis para os seus usuários. Ainda, este estudo reforça os resultados encontrados no estudo de Araújo *et al.* (2011), que afirmam que as empresas não apresentam informações suficientes nas Notas Explicativas em relação ao AVP.

Este estudo teve a limitação das informações divulgadas pelas empresas sobre o AVP, por não assegurar o seu correto cálculo, da mesma forma que a falta de evidenciação nas notas explicativas. Para estudos futuros, sugere-se que sejam pesquisados outros setores de empresas e outros períodos a serem analisados, bem como entender ou pesquisar quais são os fatores que influenciam nas escolhas para se determinar a realização ou não do AVP.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. S.; SILVA, R. F.; RIBEIRO, K. C. S. Mensuração do valor da Petrobras: disparidades entre o valor contábil e o valor da bolsa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 7, n. 14 p. 121 – 136, 2010.
- ANDRADE, A. F.; FONTANA, F. B.; MACAGNAN, C. B. Um estudo sobre a evidenciação do ajuste a valor presente nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 1, p. 62-80, 2013.
- ARAÚJO, T. S.; BARBOSA, R. S., PRIETO, M. F.; QUEIROZ, L. M. Ajuste a Valor Presente de acordo com a Lei 11.638/07: Uma análise setorial do segmento de exploração de rodovias. In: 4º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, v. 4., 2011. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2011.
- BARBOSA, G. C.; SALES, I. C. H.; PAULO, E. Impacto da adoção da IFRIC 13 na contabilização de programas de passageiros frequentes. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 2, p. 64 – 79, 2011.
- BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 11.638, de 28-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL, Lei nº 11.638 de 28/12/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15.11.2013.
- BRESSAN, K. S.; STEDILE, D. A. S. Ajuste a valor presente: Pronunciamento Técnico CPC 12. In: V Seminário de Iniciação Científica de Ciências Contábeis da FSG, v.3, n.2., 2012. **Anais...** Caxias do Sul, FSG, 2012.
- CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 21, n.1, p 157 – 187, 2010.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Makron, 1996.
- COSTA, L. G. T. A.; LIMEIRA, A. F. F.; GONÇALVES, H. D. M.; CARVALHO, U. T. **Análise econômico-financeira das empresas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 14/11/2013.
- CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; MUGNAINI, A. **Análise das demonstrações Financeiras: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 3. ed., 2012.



CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Comunicado ao Mercado sobre a Lei 11.638/07. Rio de Janeiro, 14/01/2008. Disponível em www.cvm.gov.br. Acesso em 14/11/2013.

GERON, C. M. S. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos: da lei 6.404/76 à lei 11.638/07**. 2008. 300 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2008.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS A. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, D. G.; VARELA, P. S. A doção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente: Um estudo do impacto no índice de necessidade de capital de giro em Empresas listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa S.A. - BM&FBOVESPA. In: V Congresso ANPCONT, v. 5., 2011. **Anais...** Vitória, 2011.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise avançada das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.

MORIBE, A. M.; PANOSSO, A.; MARRONI, C. H. Um enfoque sobre correção monetária integral e ajuste a valor presente em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 26, n. 1, p. 17-28, 2007.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, V. A. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2010.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S.; DE LUCA, M. M. M. Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n.1, p. 53 – 69, 2012.

PRADO, T. A. R. **Os impactos da primeira adoção das normas IFRS nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em



Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, E. S. *Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que as anteciparam*. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, v. 11,. 2011 - FEA-USP. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2011.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE Eletrônica**, v. 9, n. 1, 2010.

SILVA FILHO, A. C. C.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Custo histórico X valor justo: Qual informação é mais *value relevant* na mensuração dos ativos biológicos?. **Custos e @gronegocio Online**, v. 9, n. 2 p. 27-50, 2013.

UTZIG, M. J. S; KAIBERS, K.; TRICHES, A. M.; SOTT, V. R. Ajuste a valor presente: Uma análise das práticas divulgadas pelas companhias do segmento de construção civil listadas na BM&F BOVESPA. In: XVI SEMEAD - Seminário em administração, v. 16., 2013. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2013.